

## O PLURALISMO RETÓRICO E A RAZOABILIDADE DO DILEMA COMO DISPOSITIVO ARGUMENTATIVO, EDUCATIVO E PROBLEMATOLÓGICO

Lucas Nascimento\*

### Resumo:

*É inerente aos seres humanos terem pontos de vista diferentes, outrossim, a divergência entre eles é constitutivo de qualquer sociedade democrática, mas deve sê-lo também a habilitação dos cidadãos para saberem negociar as distâncias, defenderem, por assim dizer, suas proposições sem precisarem lançar mão da coerção e da violência. Portanto, faz-se necessária certa educação para a divergência, para o convívio com a pluralidade dos valores e das diferenças, sobretudo, aprender a avaliar criticamente as convicções sedimentadas e os valores que as constituem. Nesse sentido, as teorias retóricas, como a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005) e a Problematologia de Michel Meyer (1991), contribuem efetivamente para pensarmos a democracia nas suas diferentes esferas, sobremaneira, no diz que respeito à liberdade da discussão em torno de temas polêmicos e de interesse coletivo. Sendo que muitos assuntos categoricamente controversos, tantas vezes, assumem formatos que se enquadram num molde do dilema, ou mesmo, que esse modelo pode ser utilizado não apenas para argumentar, todavia para fazer refletir as temáticas. Diante disso, propomos, em diálogo com o filósofo Michael Sandel (2013), a aplicabilidade desse molde quase lógico como dispositivo argumentativo-analítico-educativo e problematológico, destarte, como mecanismo tanto que põe em questão os valores aos quais estamos agarrados, bem como auxilia no processo argumentativo. Para tanto, fazemos um percurso teórico e procedemos ao apontamento de algumas possibilidades de aplicação, de igual modo, a análise de textos opinativos do domínio da política sob a ótica da noção supramencionada.*

**Palavras-chave:** dilema; retórica; problematologia; pluralismo; democracia.

### Abstract:

*It is inherent in human beings having different points of view, moreover, the divergence between them is constitutive of any democratic society, but it should also be understood to enable the citizens to know how to negotiate distances, how to defend, so to speak, its propositions without needing make use of coercion and violence. Therefore, it is necessary some education for the*

---

\* Doutorando pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), no Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura (PPGLINC), orientado pelo Prof. Dr. Elmo José dos Santos; bolsista de doutorado na FAPESB; mestre em Estudo de Linguagens (PPGEL/UNEB); licenciado em Letras (UESB); pesquisador no Grupo de Estudos em Teorias do Discurso (GETED/UESB) e professor. Contato: [mlucasnascimento@gmail.com](mailto:mlucasnascimento@gmail.com).

*divergence, for socializing with the plurality of values and differences, especially, for learning to evaluate critically the sedimented beliefs and values that constitute them. In this sense, the rhetorical theories including the New Rhetoric of Perelman and Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005) and the Problematology of Michel Meyer (1991), contribute effectively to think about democracy in its different spheres, excessively, concerning freedom of discussion around controversial issues and collective interest things. Considering that many controversial issues often assume shapes that fit into a mold of the dilemma, or even that this model can be used not only to argue, but also to reflect the theme, therefore, we propose, in a dialogue with the philosopher Michael Sandel (2013), the applicability of this mold quasi-logical as an analytical-argumentative-educational and problematological device, namely, as a mechanism that calls into question the values to which we are clinging, as it assists in the argumentative process as well. For this purpose, we'll trail a theoretical way and we'll proceed an appointment of some possibilities of application, likewise, the analysis of opinionated texts from the domain of politics under the optics of the above notion.*

**Keywords:** dilemma; rhetoric; problematology; pluralism; democracy.

## Considerações iniciais

É inerente aos seres humanos terem pontos de vista diferentes, de igual modo, a divergência entre eles é constitutiva de qualquer sociedade democrática, mas deve sê-lo também a habilitação dos cidadãos para saberem negociar as distâncias, defenderem, por assim dizer, suas proposições sem precisarem recorrer à coerção. Portanto, faz-se necessária certa educação para a divergência, para o convívio com a pluralidade dos valores e das diferenças, pois a falta de tal habilidade consoante à negociação das diferenças pode trazer como consequências a amplificação do dogmatismo, da intolerância, da violência, das guerras, a depender em quem ou em qual grupo isso resida, o totalitarismo, como presenciado de tantas formas no século XX.

Nesse ponto, a retórica, se é que podemos utilizar o termo no singular, ou a argumentação retórica é ferramenta fundamental para lidar com os conflitos sem a necessidade da coerção e da violência. Não é à toa que seu surgimento, enquanto técnica, pois a retórica é muito anterior a sua história, é remontado a um contexto de guerra civil em que os habitantes da Sicília, por volta de 465 a.C., precisaram recorrer a respeito de seus despojos deixados pelos tiranos invasores, uma vez que ainda não existiam advogados, era preciso dar aos litigantes uma maneira de defenderem sua causa (REBOUL, 2004). Assim, a retórica tem uma origem judiciária, mas não demoraria muito para ser levada para a cidade vizinha, Atenas, onde ganharia

alcance literário e filosófico, tornando-se também a técnica fundamental à democracia grega.

Parece não ser novidade assegurar que em determinadas épocas as condições de existência são mais propícias para a profusão das controvérsias de ampla repercussão social em torno de temas que põem em conflito os valores compartilhados. Se o direito ao debate e à livre circulação das ideias for garantido, longe de isso ser negativo, pelo contrário, é positivo porque diz respeito ao fato de vivermos em uma sociedade que preserva, minimamente, o pluralismo das opiniões e a liberdade de expressão, contudo, o contrário disso é o perigoso flerte com o totalitarismo e seus correlatos.

Não são poucos os temas que causam desacordos em uma conjuntura democrática. Eles têm suscitado debates que se espalham pelas múltiplas esferas da sociedade, envolvendo desde as autoridades competentes até os leigos em suas conversas mais triviais, o que faz a tônica se materializar nos mais diferentes lugares sociais, por conseguinte, nos diversos gêneros discursivos. Na conjuntura sóciodemocrática, muitas divergências giram em torno do certo e o errado, entre o que seria justo ou injusto, adequado ou inadequado. Nesse sentido, alguns cidadãos defendem a redução da maioria penal, enquanto outros a consideram uma barbaridade. Alguns arrazoam em favor do aborto, outros o consideram um crime lastimável. Algumas pessoas argumentam em favor de mais impostos sobre os ricos para ajudar os mais pobres, outras acham ser injusto cobrar taxas exorbitantes sobre o dinheiro ganhado por mérito. Assim, é amplo o leque de temas polêmicos e controversos que resultam, ou podem resultar, em intrigantes dilemas capazes também de fazer refletir, como o faz Michael Sandel (2013) em suas aulas, palestras e livros.

Diante de temáticas como essas, observamos certa dificuldade em lidar com a controvérsia, ainda mais, no âmbito da formação escolar em que muitas vezes a divergência é silenciada pelo professor, quando não, assume-se um ponto de vista unilateral ou majoritário, prevalecendo, por assim dizer, a perspectiva docente, por vezes de maneira autoritarista, ou mesmo, doutrinária. Neste sentido, a argumentação retórica não serve apenas como um arcabouço de técnicas para a construção de um bom texto argumentativo, mas também, como metodologia pluralista e mediadora da controvérsia numa sociedade democrática (MANELI, 2004).

Com vistas a colocar em discussão algumas questões, propomos neste artigo a análise da aplicabilidade do dilema como dispositivo discursivo-analítico para situações em que pululam as controvérsias. Para tanto, para situar algumas definições, fazemos um percurso histórico e enquadramento teórico, bem como o apontamento de possibilidades de aplicação do argumento supramencionado, como não poderia deixar de ser, a análise de textos que recorrem às noções de dilema, tanto no processo reflexivo como no argumentativo.

### **1. A vocação educativa, pluralista e problematológica da retórica**

A retórica renasce quando o que era objeto de certeza torna-se problemático e é, então, submetido à discussão. Consoante à supracitada assertiva, Michel Meyer (2007, p. 12) afirma que a retórica liberta “o homem da violência”, portanto, “argumentar é escolher o discurso contra a força”. Ante as asserções anteriores, é importante notar que a noção de retórica se distancia do sentido do termo que se aproxima apenas do que é apenas oratória, ornamento, sofística etc.

Contudo, não é possível dizer que a retórica não compreenda os adjetivos pejorativos grudados a ela ao longo dos séculos. É fato que a todo momento estão tentando nos agradar ou chocar, seduzir ou convencer por meio das mensagens publicitárias, dos telejornais, dos discursos de políticos, religiosos ou militantes de minorias, e não tem como dizer que isso não diz respeito à retórica. Ver a modernidade como uma realidade retórica, é compreender que o homem é livre, sobretudo, para deixar-se enganar por argumentos falaciosos, por manobras argumentativas que seduzem engenhosamente. De qualquer maneira, como assegura Meyer (2007, p.12), “da amizade ao amor, da política à economia, as relações fazem-se e desfazem-se por falta ou por excesso de retórica”.

Uma das noções de retórica a qual nos vinculamos é a de que ela “serve para desmascarar os artifícios de linguagem, os pensamentos falsos” (2007, p. 12). Assim, é possível dizer que Platão, o filósofo que via a retórica como a adversária da verdade, paradoxalmente, utilizou-se dela para desmontar a retórica fraudulenta de alguns sofistas que abusou dos artifícios da linguagem. Vemos, então, que a *ars rhetorica* não é apenas uma técnica para a construção do discurso, como pensam muitos ainda hoje, mas, sobretudo, serve para denunciar e desnudar os mecanismos que fabricam tanto as fraudes mais engenhosas quanto os melhores divertimentos. Não enxergando isso, Platão apenas a viu como o inverso da ciência, já que esta conferia

certeza às suas conclusões, enquanto aquela não passava de manipulação dos espíritos, de cuja obrigação era da filosofia de libertá-los da Caverna da ignorância.

Ao contrário de seu mestre Platão, Aristóteles, com sua sensibilidade capaz de conciliar o espírito de sistema com o espírito de observação, defende a tese de que a retórica é útil (ARISTÓTELES, livro I, cap. 2, 1355 a-b, 2007), assim como o é todas as técnicas, ainda mais a que objetiva preparar o homem a se defender com o uso da palavra, pois sendo esta inerente ao homem, mais desonroso é ser vencido pela mobilização do *logos* que pela força física.

O estagirista, embora admitindo haver uma ciência exata, arrazoa de que ela não serve para convencer certos auditórios leigos, sendo, por assim dizer, necessário mobilizar noções comuns aos mortais. Longe, todavia, de isso dizer respeito à incultura do auditório, pelo contrário, coloca a *tékhne rhetoriké* no campo do verossímil, do provável, ao que possibilita a emblemática e profícua parceria com a dialética. Destarte, a retórica, em Aristóteles (livro I, cap. 2, 1355 a-b, 2007), é “a arte de encontrar em cada caso o que há de persuasivo”.

Quanto ao contributo do antigo filósofo na defesa e na sistematização da retórica, Olivier Reboul (2004, p. 27) assegura, acertadamente, que “Aristóteles salva a retórica, colocando-a em seu verdadeiro lugar, atribuindo-lhe um papel modesto, mas indispensável num mundo de incertezas e de conflitos”, o que a faz sempre atual e imprescindível.

Dado o caráter universalista da retórica, muitos foram os que se apropriaram dela para as múltiplas finalidades possíveis, inclusive o Cristianismo com fins tanto educativo quanto propagandista junto aos mais diferentes povos. De igual modo, as várias apropriações, por vezes, injustas, levaram a certo fracionamento dessa arte, o que contribuiu bastante para seu descrédito.

Muitas poderiam ser apontadas como a causa de a retórica ter caído em desprestígio e de o termo ter sido associado ao que é pejorativo, no entanto, cumprenos apenas um breve percurso para a compreensão da noção a que nos filiamos. Sendo assim, é importante dizer que um agudo ataque a um dos principais pilares dessa disciplina, a dialética, foi feito por René Descartes, no século XVII, principalmente, em seu *Discours de la méthode*, ao retirar dessa arte a possibilidade de aprendê-la e de se ter uma argumentação contraditória e probabilista. Todavia, não apenas o filósofo racionalista contribuiu para tanto, está também na conta dos empiristas ingleses tal contributo, pois eles, representado por John Lock,

acreditavam que a verdade era alcançada apenas pela experiência sensível, por assim dizer, a retórica com seus construtos verbais só fazia afastar o homem da experiência.

Não sendo poucas essas fraturas, o positivismo rejeitou a retórica em nome da verdade científica; e de outro lado, o romantismo em nome da sinceridade, assim apregoava Victor Hugo: “Paz com a sintaxe, guerra à retórica” (REBOUL, 2004, p. 81), numa rejeição a um segundo código além da língua. Com todo esse desprestígio, em 1885, a disciplina retórica perdeu seu lugar no ensino francês, mas ela perdeu apenas o nome, porque estava imiscuída no ensino literário, nos discursos jurídicos e políticos e voltaria à cena com a comunicação de massa no século XX.

Nesse século tão conflituoso e pulsante de renascimento teórico, especialmente nos anos de 1960, muitas retóricas surgem não mais objetivando as técnicas para a produção dos discursos, porém engajadas em interpretá-los. Quanto a isso, Reboul (2004, p. 82) assevera:

o campo da moderna retórica alargou-se muito. Longe de limitar-se aos três gêneros oratórios dos antigos, ela vai anexando, como lhe cabe, todas as formas modernas do discurso persuasivo, a começar pela publicidade, e mesmo dos gêneros não persuasivos, como a poesia. Não contente com reivindicar todo o campo do discurso, vai bem além, pois se apodera de todas as espécies de produções não verbais. Elaborar-se assim uma retórica do cartaz, do cinema, da música, sem falar da retórica do inconsciente.

Mas, diante de tanta retórica que emergiu no século passado, a proposta da Nova Retórica de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, publicada com o título *traité de l'argumentation, la nouvelle rhétorique*, pela Presses Universitaires de France, em 1958, é a que, notadamente, retorna aos princípios basilares da tradição de Aristóteles, por que não dizer também de Isócrates e de Quintiliano. Isso se diz, porque ela volta-se para a teoria do discurso persuasivo na tentativa de responder à questão de como fundamentar os juízos de valor em bases que não fossem irracionais. Buscaram, pois, a lógica do valor, encontrando-a na antiga retórica e na sua parceira, a dialética. Desta maneira, eis uma nova retórica que se centra não mais na elocução, contudo, na invenção.

Numa época em que a verdade estava privatizada por algumas correntes de pensamento, a preocupação de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005) em encontrar uma lógica do valor e retirar da irracionalidade o que não pudesse ser demonstrado matematicamente, ou passar pelo crivo do método científico, o que eles fizeram foi importante para as mais diferentes áreas, tanto para a filosofia quanto

para as ciências humanas. Isso foi possível porque eles, no *Tratado da argumentação*, fazem uma ruptura com a primazia do racionalismo, das ciências dedutivas que consideram como prova o que é evidente e concebem racionais apenas as demonstrações; e também com o empirismo, com as ciências experimentais ou naturais que entendem a verdade em conformidade com o fato sensível tendo-o como prova. Essas rupturas dão-se porque o campo da argumentação, ao qual se filiam os autores, é do verossímil, do plausível, do provável, desde quando este escape à certeza do cálculo, ao que reafirma o estatuto da retórica para além da racionalidade em estado puro, sendo, portanto, o seu mundo o da opinião, da *doxa*.

Em um século em que muitas foram as guerras sangrentas e os totalitarismos, tanto de direita quanto de esquerda, a nova retórica veio como proposta pluralista, apontando que a lógica demonstrativa, o cientificismo, por seu dogmatismo, podia gerar mais violência do que se imaginava. Nesse sentido, a noção do razoável, que habilita a opinião, e põe em ação uma racionalidade de cunho não demonstrativo, traz a possibilidade da controvérsia e de soluções acordadas nas diferentes esferas, pois exalta a prática da ponderação, da análise dos prós e dos contras envolvidos numa questão, cujas avaliações se dão a partir de argumentos e não de tomadas de decisões dogmáticas.

Precisamos dizer que as definições de retórica, ao longo dos séculos, por vezes, excluem umas às outras. Não obstante a isso, a Nova Retórica se filia a Aristóteles (2007) em cuja sistematização apresentou essa arte como uma técnica de persuasão, assim, Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005, p. 4) asseguram que o objetivo da teoria, que ora apresentam, é “o estudo das técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento*” [grifo do autor]. No seio dessa definição é possível notar a presença do auditório como finalidade persuasiva, como o fez o filósofo antigo.

Mas é necessário dizer que a Nova Retórica não é absoluta quanto ao que propõe, por consequência, não dar conta de tudo no que diz respeito à dimensão argumentativa, portanto, mesmo o pensamento perelmaniano sendo um importante marco para as teorias retórico-argumentativas, a sua definição não consegue abarcar a plurivocidade que o termo retórica evoca. Nesse sentido, o sucessor na cátedra de Perelman, em Bruxelas, Michel Meyer (2007) tenta elaborar, a partir de uma unidade definicional, um conceito que compreenda os elementos que dizem respeito ao fato de existir alguém que se exprime e que se dirige a outra pessoa, seja para lhe convencer, para lhe agradar ou mesmo para se colocar à distância. Daí resulta a

definição: *a retórica é a negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão, de um problema*” (MEYER, 2007, p. 27 [grifo do autor]). Essa negociação se dá pela linguagem, podendo, portanto, ser ela racional ou emotiva, quanto ao mais Meyer (2007, p. 26) esclarece:

De fato, a retórica é o encontro dos homens e da linguagem na exposição das suas diferenças e das suas identidades. Eles afirmam-se aí para se encontrarem, para se repelirem, para encontrarem um momento de comunhão ou, pelo contrário, para evocarem essa impossibilidade e verificarem o muro que os separa. Ora, a relação retórica consagra sempre uma distância social, psicológica, intelectual, que é contingente e de circunstância, que é estrutural porque, entre outras coisas, se manifesta por argumentos ou por sedução.

Assim, a *Problematologia* [*De la problématique*, 1986] proposta por Meyer (1991), chama à atenção para aquilo que, a princípio, estava fora de questão, buscando, por sua vez, reabilitar a função interrogativa do pensamento. Meyer, discípulo de Perelman, ao se filiar à virada retórica, contudo, critica seu mestre por ele fazer parte do fracionamento dessa disciplina ao dar prioridade ao *logos*, reforçando a natureza proposicional do pensamento; como não poderia deixar de ser, uma crítica sujeita à controvérsia. Do contrário, Meyer (1991) propõe o tríptico problematológico que compreende o *pathos*, o *ethos* e o *logos*, visando, por assim dizer, dar à retórica, sem privilégio de nenhum dos domínios, no resgate da dimensão interrogativa em que conjuga os aspectos conjectural (relativo aos fatos), qualificativo (relativo ao predicado) e normativo (relativo ao que se pode ou quer).

Mas é preciso cautela, como o aconselha Oliveira (2011), que essa prática de interrogar não deve se converter apenas no interrogar pelo prazer de fazê-lo, o que acreditamos ir de encontro à proposta problematológica de Michel Meyer (1991). Tal proposta concebe, ainda assim, a necessidade de respostas, ao que poucas são apocríticas, um exemplo destas é uma assertiva do tipo “Sócrates é mortal”. Mas, para além de uma resposta apocrítica, ou uma conclusão definitiva, nas esferas sociais, da cultura, da política etc., precisamos tomar decisões. Em vista disso, Oliveira (2011, p.99) argumenta que a Nova Retórica deixa mais nítida do que a Problematologia o “caráter provisório das soluções encontradas: estas terão estatuto de respostas enquanto persistirem acordos suficientemente significativos para firmá-los”. Por isso, aponta-se essa abordagem como complementar à Nova Retórica e não a sua substituta.



Até então, pretendemos mostrar que a retórica, na tradição remontada a Aristóteles, cujo resgate é feito por Perelman e Meyer, concebe o homem com a capacidade de aprender a rejeitar a violência e a coerção com vistas a negociar as distâncias por meio da linguagem. Nesse sentido, a controvérsia é de alguma maneira constitutiva da própria linguagem em sua dimensão argumentativa. Maneli (2004, p. 5) afirma que “Na filosofia de Perelman, a habilidade de apresentar nossos próprios argumentos não é apenas um exercício controverso; na verdade pertence à essência da busca da verdade e de soluções eficazes”.

Devemos enfatizar que, em vistas de um pluralismo social proposto a partir de sustentáculos da retórica, não apenas a filosofia deve ser pluralista, mas também a metodologia. Nesse sentido, faz-se necessário, de igual modo, que o professor tenha uma prática docente dialógica, problematológica e pluralista em que a relação professor-aluno seja estabelecida na compreensão de que mesmo que eles tenham assimetrias por possuírem experiências e conhecimentos em graus distintos, ou melhor, ao se conceber que o educador tendo, portanto, autoridade inerente ao seu papel, rejeite, contudo, o autoritarismo tão presente em certa tradição monológica de ensino. Nesta perspectiva, Perelman (1996) assegura que deve haver autoridade não apenas dos pais, outrossim, do educador na formação do educando, apontando, contudo, para interpretarmos o problema do autoritarismo como sendo a falta de discernimento do momento oportuno e da maneira adequada em que “a relação de autoridade deve ser progressivamente substituída por uma relação de colaboração crítica (PERELMAN, 1996, p. 332). Com isso, vemos que o problema não está em se ter o professor como uma figura dotada de autoridade, todavia, o óbice encontra-se na falha em perceber quando essa deve dar lugar ao questionamento.

Em uma sala de aula, os alunos se configuram como auditório heterogêneo, pelo fato de fazerem parte de diversos meios sociais, partilharem de crenças, valores, hábitos e interesses diferentes do professor, algo normal à cultura plural, como a brasileira. Nesse cenário, a visão a respeito de um assunto por parte do educador, até mesmo dos manuais de ensino, é confrontada com outros pontos de vista num ambiente propício à controvérsia. Sendo assim, urge o diálogo como estratégia pedagógica que possibilite um ambiente saudável em que a controvérsia seja colocada como algo importante no processo formativo, sem necessariamente cair no relativismo, mas numa situação em que o professor seja capaz de problematizar, e, ao mesmo tempo, se necessário for, empreender respostas provisórias calcadas em acordos com seu auditório (OLIVEIRA, 2011); ou mesmo levantar situações

dilemáticas, como o faz, distintamente, o professor e filósofo Michael Sandel (2013), cuja análise de textos do mesmo faremos mais abaixo.

## **2. A razoabilidade do dilema e as suas potencialidades**

A divergência longe de ser algo negativo, quando se é educado para tanto, sob orientação retórico-pluralista, ela impulsiona a reflexão, a valorização da liberdade e das diferenças dos valores. Para Michael Sandel (2013), o famoso filósofo cujas aulas são as mais frequentadas em Harvard, ultrapassando o número de mil alunos matriculados em seus cursos por temporada, a reflexão moral e política nasce da divergência. Esta pode ocorrer entre pessoas do mesmo grupo ou rivais no âmbito político. Por vezes, a divergência pode se dar em foro íntimo, ao que Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005) chamam de deliberação íntima, em que um indivíduo se vê em conflito consigo mesmo diante de uma decisão a tomar a respeito de assunto, ao que a pessoa constitui-se em um auditório para si mesma, como proposta no *Tratado da argumentação*.

Como o objetivo da Nova Retórica era o de repensar a racionalidade, na pretensão de alargar a concepção de razão para além dos limites outrora estabelecidos, fez-se entrar em cena a noção da escolha razoável, dado que para Perelman “a razão é uma instância histórica e dialética, reguladora de nossas crenças e convicções e também de liberdade que temos em relação a elas. Esses princípios o levaram a uma lógica dos valores” (MOSCA, 2004, p. 41). Nesse sentido, a retórica está voltada para questões práticas que fogem à razão demonstrativa, com isso tem-se a noção perelmaniana de argumentos quase lógicos.

Os argumentos quase lógicos são assim designados porque a argumentação retórica compreende a possibilidade da contradição, já que o orador busca a intensidade da adesão e não o raciocínio coercitivo, diferente da lógica formal em que a argumentação é construída interna a um sistema com premissas e regras de dedução unívocas e fixas (PERELMAN, 2004). Contudo, como poderia supor um olhar precipitado, isso não invalida a aproximação da argumentação com raciocínios formais, por assim dizer, o esquema formal serve de molde à construção do argumento, chamado por Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005) de argumento quase lógico, o que seria uma espécie de lógica informal ou não-formal.

O dilema no *Tratado da argumentação* está na categoria desses argumentos quase lógicos, como uma técnica de divisão ou de partição, ou melhor, a divisão

constitui a sua base. Por dilema, os autores da nova retórica o entendem como “uma forma de argumento em que se examinam duas hipóteses para concluir que, seja qual for a escolhida, chega-se a uma opinião, a uma conduta, de mesmo alcance” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, [1958] 2005, p. 268). A estrutura pode se configurar da seguinte maneira: *ou A ou B. Se A, então C; Se B, então C*. Essa estrutura do dilema pode se desdobrar em três tipos básicos.

O primeiro seria que as duas alternativas podem acarretar em um mesmo resultado. Nesse caso, depende da admissão da equivalência dos meios de prova apresentados. A essa espécie de dilema, Pascal ([*Pensées*] p. 979 apud PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, [1958] 2005, p. 268) serve-nos o exemplo em que é possível observar que a equivalência de autoridade das escrituras e da aceitação dos judeus levam a um mesmo resultado: “Que podiam fazer os judeus, seus inimigos? Se eles recebem, reconhecem-no com sua recepção, pois os depositários da espera do Messias o recebem; se o rejeitam, reconhecem-no com sua rejeição”.

O segundo tipo de dilema diz respeito a uma situação em que haja uma incompatibilidade com um princípio ao qual se estava vinculado. No caso, o exemplo poderia ser de uma situação em que o princípio de salvar a maior quantidade de pessoas, em caso de incidente etc., entra em conflito com o do fato de ser necessário matar um inocente para tanto, como ilustrado por Michael Sandel (2013), na história fictícia do Bonde desgovernado.

O método de Sandel (2013), no livro e no curso ministrado em Harvard, chamado *Justice* (Justiça), é o de, a partir de assuntos cotidianos, de situações concretas, problematizar por meio de dilemas extraídos de um processo de raciocínio moral, e chegar a princípios de justiça que ele julga aplicáveis a todas as situações. O sucesso das aulas e do livro do filósofo é devotado pelo modo como ele trabalha os temas como aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, suicídio assistido, impostos, imigração, o lugar da religião na política, os limites morais do mercado etc.. Ele faz isso de maneira que leva o leitor e os seus milhares de alunos a reverem suas convicções, utilizando-se de questionamentos que remontam ao método socrático e de dilemas morais, sem, contudo, oferecer respostas concretas ao auditório. Vale dizer que Sandel utiliza métodos semelhantes em outras obras, como “*O que não dinheiro não compra: os limites morais do mercado*” (2012) e em “*Contra a perfeição: ética na era da engenharia genética*” (2013).

“É justo que o jogador de futebol Neymar receba um salário imensamente superior ao de uma professora da rede pública [sendo sua profissão não essencial

para o bem-estar coletivo]?”(OLIVEIRA, 2014). Com provocações como essa, feita na conferência Fronteiras do Pensamento, realizada no salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), dia 26 de maio de 2014, em Porto Alegre, que Sandel põe em questão valores solidificados, instiga posicionamentos conflitantes e faz seu auditório refletir e se engajar na discussão de temas polêmicos, ressaltando a importância da divergência, sem que as relações pessoais se deterioresem, sem que se fira a face do outro.

Sandel (2013) utiliza histórias hipotéticas e reais para poder trazer à discussão questões para o raciocínio moral, um dos dilemas mais conhecidos utilizado por ele é a história fictícia do Bonde desgovernado:

Suponha que você seja o motorneiro de um bonde desgovernado avançando sobre os trilhos a quase 100 quilômetros por hora. Adiante, você vê cinco operários em pé nos trilhos, com as ferramentas nas mãos. Você tenta parar, mas não consegue. Os freios não funcionam. Você se desespera porque sabe que, se atropelar esses cinco operários, todos eles morrerão. (Suponhamos que você tenha certeza disso.).

De repente, você nota um desvio para a direita. Há um operário naqueles trilhos também, mas apenas um. Você percebe que pode desviar o bonde, matando esse único trabalhador e poupando os outros cinco.

O que você deveria fazer? Muitas pessoas diriam: “Vire! Se é uma tragédia matar um inocente, é ainda pior matar cinco.” Sacrificar uma só vida a fim de salvar cinco certamente parece ser a coisa correta a fazer.

Agora considere outra versão da história do bonde. Desta vez, você não é o motorneiro, e sim um espectador, de pé numa ponte acima dos trilhos. (Desta vez, não há desvio.) O bonde avança pelos trilhos, onde estão cinco operários. Mais uma vez, os freios não funcionam. O bonde está prestes a atropelar os operários. Você se sente impotente para evitar o desastre — até que nota, perto de você, na ponte, um homem corpulento. Você poderia empurrá-lo sobre os trilhos, no caminho do bonde que se aproxima. Ele morreria, mas os cinco operários seriam poupados. (Você pensa na hipótese de pular sobre os trilhos, mas se dá conta de que é muito leve para parar o bonde.)

Empurrar o homem pesado sobre os trilhos seria a coisa correta a fazer? Muitas pessoas diriam: “É claro que não. Seria terrivelmente errado empurrar o homem sobre os trilhos.” (SANDEL, 2013, p. 31).

Com provocações assim, Sandel (2013) proporciona a problematização a respeito de a quais valores o leitor/ouvinte está agarrado. Quanto ainda ao dilema do bonde, o filósofo provoca: “Por que o princípio que parece certo no primeiro caso – sacrificar uma vida para salvar cinco – parece errado no segundo?” (p. 31). Na verdade, mostra que nem sempre as decisões são fáceis de serem tomadas. Ele assegura ainda que “Às vezes pensamos no raciocínio moral como uma forma de

persuadir outros. Mas é também um forma de resolver nossas convicções morais, de descobrir aquilo em que acreditamos e por quê” (p. 31). Essa afirmativa é correspondente à noção de deliberação consigo mesmo, discutida por Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005), cujo valor é correlato ao do auditório universal que deseja convencer por meio de argumentos mais racionais e universalizados, já que o espírito reúne os pontos de vista prós e contras, averiguando qual a melhor decisão a tomar a respeito de uma dada questão. Claro que isso é problematizado pelos autores do *Tratado*, pois a relação com a argumentação com outrem pode influir na decisão tomada intimamente.

Vemos, por ser assim, que Sandel (2013), por meio de seu método, põe em conflito valores, já que os dilemas são constituídos da estrutura conflitante. Essa beligerância entre tais valores se dá porque se acredita, assegura ele, que se deve “salvar o máximo possível de vidas, mas outro diz que é errado matar um inocente, mesmo que seja por uma boa causa” (p. 31). Observamos que o método utilizado pelo filósofo tem certa correlação com a Problematologia de Meyer (1991), na medida em que põe em questão as convicções, as respostas que estão solidificadas, por meio da controvérsia trazendo à tona os valores cultivados.

Um terceiro tipo de dilema diz respeito ao fato de qualquer das escolhas conduzirem a resultados temidos cuja escolha se impõe como inevitável. Neste caso, a argumentação girará em torno de qual seria o mal menor a se optar, constituindo-se, por assim dizer, a escolha pelo mal maior algo incompatível com uma responsabilidade coletiva, o que cai no âmbito da moralidade.

Esse tipo de dilema pode ser, como aponta Emediato (2010, p. 179), “um argumento manipulador destinado a reduzir um adversário em uma situação impossível de ser resolvida positivamente”, por outro lado, pode ser um dispositivo de escolha sob critérios mais razoáveis, quando não se consegue encontrar uma alternativa positiva ou uma terceira via. Um exemplo da utilidade do mesmo é na esfera da escolha político-eleitoral no sistema representativo, conhecido como voto útil ou tático, quando o cidadão não se vê representado por nenhum entre dois, ou mais, candidatos (A e B), todavia, vê-se impulsionado a votar no candidato B cujas propostas não lhe agradam tanto, porque a eleição do candidato A lhe parece um mal maior, uma espécie de desastre para o Estado ou para a Democracia. Uma escolha do tipo estaria mais próxima a uma opção menos patêmica, pois o eleitor precisa decidir a partir de moldes mais racionais. No entanto, como segue o modelo da lógica formal

em que o conteúdo não é tão importante, a consideração em que seja a encarnação do mal menor ou o mal maior dependerá de quais valores o cidadão cultiva.

Assim, essa categoria de dilema serve como dispositivo de reflexão e escolha, mas também, como mecanismo argumentativo em que se pode tentar conquistar a adesão do outro, apelando para um argumento quase lógico. Um exemplo disso é o texto de título “Aécio, o mal menor”, de Giulia d’Amore, blogueira católica, no blog confissão católica *A fé explicada*, em torna das eleições para presidente em 2014, que coloca Marina Silva, candidata a eleição presidencial pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), e Dilma Rousseff, candidata a reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT), na mesma categoria de articuladoras do socialismo bolivariano, portanto, para a autora, a encarnação do mal maior. Enquanto Aécio Neves, candidato a Presidente da República pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a encarnação do mal menor. Acompanhe os excertos do texto:

Hoje, tenho a incumbência de vos falar sobre política, ou melhor, sobre as próximas eleições, cuja data se aproxima. E o faço porque é necessário esclarecer algumas dúvidas e alguns mal-entendidos que podem ter consequências desastrosas e dolorosas para todos nós. (...) Vou deixar de lado várias premissas desnecessárias embora válidas, como a forma de Governo ideal, a necessidade de restabelecermos o Reinado Social de Nosso Senhor, o voto no MELHOR candidato etc., porque vivemos tempos nada ideais. (...) A situação atual é a seguinte: temos, de fato, apenas três candidatos que realmente disputam essas eleições. (...) Dilma e Marina são duas faces da mesma moeda socialista. Nem vou gastar teclado para explicar porque o católico que vota em socialista incorre em excomunhão[2]. (...) Enfim, ambas são um perigo para o Brasil, nossa liberdade civil e o Cristianismo. Nestas eleições, temos o grave dever de IMPEDIR que Dilma e Marina se elejam. Como fazer isso? (...) só nos resta votar no Aécio Neves, que é quem, de fato, tem reais condições de impedir que Dilma e Marina se elejam. Mas admitindo, apenas para argumentar, que ele seja abortista (só por isso) e que queira deixar a lei como está, ainda assim, é MELHOR ele do que Dilma ou Marina. (...) **O “mal menor” hoje é votar no Aécio.** (OLIVEIRA, 2014 [grifo da autora])

A autora do texto opinativo aponta para a incoerência entre os cristãos católicos votarem na Dilma Rousseff ou em Marina Silva por compartilharem de princípios socialistas/comunistas que a mesma julga incompatíveis com a fé cristã católica, constituindo-se também em um perigo para a sociedade civil. Vê-se que, para que se encaixe na situação dilemática em questão, a opção por Aécio não se dá

sob ideal predileção valorativa, porque os valores que o mesmo cultiva, como o ser a favor do aborto são contrários aos princípios da fé professada. Mas seria o candidato tucano um mal menor do que a reeleição da presidente Dilma ou a eleição de Marina. Vemos, por assim dizer, a presença do fato temido, não sendo nenhum dos três candidatos ideais, há, contudo, um que encarna o mal menor.

Contudo, se os valores cultivados forem outros, nesse caso, mais próximo aos valores socialistas, Aécio poderia encarnar o mal maior sendo Dilma Rousseff ou Marina Silva o mal menor. Isso aponta para o fato de que o dilema em questão é um molde lógico que se adequa a situações valorativas diferentes, a exemplo disso é a palavra do presidente do PSDB paranaense a respeito de Marina, o deputado Valdir Rossoni, que a vê como mal menor, como anuncia a manchete do site do jornal Gazeta do Povo (GALINGO, 01 de setembro de 2014): “Presidente do PSDB paranaense vê Marina como ‘mal menor’ num 2.º turno com Dilma”. Nas palavras dele: “Somos anti-PT. Se o preço para nos livrarmos do PT for a Marina, pagaremos esse preço”, afirma o deputado. Em matéria no blog de Reinaldo Azevedo na Veja (01 de setembro de 2014), o coordenador-geral da campanha de Aécio Neves à presidência, Agripino Maia (DEM-RN) declara:

“O sentimento que nos move – PSDB, DEM e Solidariedade – é garantir a ida de Aécio para o segundo turno. Se não for possível, avalizar a transição para o segundo turno. Ou seja, com uma aliança com Marina Silva, por exemplo. É tudo contra um mal maior que é o PT.”

A retórica, como já dito acima, não serve apenas para a construção do discurso argumentativo, mas também, para desmontar o discurso incoerente, ou mesmo observar o que há de falacioso numa construção argumentativa, nesse caso tomamos como exemplo o artigo de opinião do colunista da Veja e da Folha de São Paulo, Reinaldo Azevedo, cujo título é “Por que jamais votaria em Marina Silva – nem que ela viesse a disputar o segundo turno com Dilma. Ou: Voo cego de um avião sem dono”<sup>1</sup>, publicado em seu blog na Veja, em 25 de agosto de 2014.

O colunista Reinaldo Azevedo inicia seu texto assegurando sua recusa a votar em Marina Silva e apresenta seu esforço em tirar a política do terreno da mitologia e trazê-la para o da razão, o que denota que fará um esforço para fazer escolhas menos patéticas e mais próximas à razão: “Desde que me ocupo da política, como

---

<sup>1</sup> Leia o texto completo em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/por-que-jamais-votaria-em-marina-silva-nem-que-ela-viesse-a-disputar-o-segundo-turno-com-dilma-ou-voo-cego-de-um-aviao-sem-dono/>

jornalista, meu esforço é para tirá-la do terreno da mitologia e trazê-la para o da razão — inclusive o da razão prática.”, assegura Reinaldo Azevedo. Ele apresenta o mal que o PT o faz, todavia, argumenta: “Mas, reitero, nem tudo o que não é PT me serve — e Marina não me serve.”

Ao longo do texto o autor faz uma caracterização negativa da candidata Marina Silva, chegando a afirmar: “Marina Silva não é candidata a presidente da República, mas a papisa de uma seita herética — e suas heresias são praticadas contra a democracia representativa.” Em continuação aos ataques, o escritor traça vínculos suspeitos e aponta para a possibilidade de o governo da candidata do PSB, se caso eleita, seja pior do que o da presidente Dilma Rousseff, o que seria uma espécie de atentado à democracia representativa, fazendo referência de que, até mesmo as possíveis alianças com o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-presidente tucano Fernando Henrique Cardoso (PSDB), seria uma espécie de relação entre clãs, como feita no Afeganistão. Ele afirma: “Ainda não chegou a hora de sermos um Brasilstão, governado por uma santa rodeada de conselheiros de fino trato”.

Sendo assim, pela alusão que Reinaldo faz entre um suposto governo de Marina Silva com um país de situação sócio-política lamentável, o Afeganistão, a possibilidade de uma eleição da candidata do PSB seria um mal maior que o da presidente Dilma Rousseff. O que, por força da razão, e como todo dilema impõe uma decisão moral, a opção de Reinaldo, para não deixar avançar um iminente mal maior, deveria ser a de votar na representante do seu maior inimigo político, no PT.

No entanto, Reinaldo Azevedo se recusa a votar e dissipar o mal maior, ele afirma: “Em dilemas que são de natureza moral, não havendo o ótimo, a obrigação é escolher o caminho menos danoso. Na democracia, felizmente, temos a possibilidade de recusar o ruim e o pior.”. Vemos que o colunista, utilizando-se do argumento de ter a liberdade democrática de anular ou votar em branco, se esquece que o esquema racional que evoca, ao identificar quem é a encarnação do mal maior, o obrigado, para que ele não seja taxado de incoerente, um compromisso razoável e moral em escolher o mal menor, ou seja, votar em Dilma Rousseff, portanto.

### **3. Considerações Finais**

A retórica tem uma vocação para a liberdade humana, por consequente, tem o compromisso em ajudar o ser humano a manter a sua liberdade e o pensamento



crítico, assim o habilita para lidar com a pluralidade de valores numa sociedade democrática, “uma vez que só há lugar para argumentação onde houver liberdade. É quando se considera o **outro** apto a compreender e a reagir”, assegura Mosca (2004, p. 42, [grifo da autora]).

Desta maneira, a retórica, tanto auxilia o homem a avaliar as suas convicções, escolhas e discursos, como a interpretar e analisar o discurso alheio observando o que há de falacioso, de engodo ou contraditório, como apontamos na breve análise do texto do colunista Reinaldo Azevedo (2014). Mas também, pode muito bem, por acreditar que o processo argumentativo é capaz de mudar as crenças e os valores alheios, ser um valioso recurso educativo para o professor em contexto pluralista, no qual é pouco possível lidar com princípios não conflitantes, como o faz o professor e filósofo Michael Sandel (2013), em aulas em Harvard, em palestras e livros de sucesso.

Vimos que o recurso ao dilema não é apenas um argumento, como normalmente se apresenta, “manipulador destinado a reduzir um adversário em uma situação impossível de ser resolvida positivamente” (EMEDIATO, 2010, p. 179). Contudo, um dispositivo interrogativo, problematológico, portanto, filosófico, como defende Sandel (2013), capaz de levar a refletir sobre temáticas não apenas polêmicas, mas também morais, que passam despercebidas, todavia, dignas de discussão na contemporaneidade; capaz também de fazer descobrir e avaliar os valores aos quais estamos agarrados.

A retórica, longe de estar no plano do engano, da manipulação, como acreditava Platão, todavia, diante do que apresentamos, é possível observar que o seu contrário é mais verdadeiro, pois ela se compromete com a liberdade, e não apenas com a construção, mas também, com a análise crítica dos discursos. Por ser assim, o compromisso do legado da [nova] retórica está em habilitar o cidadão a negociar as suas diferenças e a construir não apenas uma sociedade democrática, sobretudo, um pensamento capaz de ser sustentáculo da liberdade, da democracia e da pluralidade das opiniões, sem cair nos extremos dogmáticos, peculiares ao ceticismo e ao fanatismo, igualmente geradores de totalitarismos.

## Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. (Tradução: Marcelo Silvano Madeira). São Paulo: Riddel, 2007.

AZEVEDO, Reinaldo. **A lógica do mal menor**, disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/a-logica-do-mal-menor/>>, acesso em: 01, set., 2014.

\_\_\_\_\_. **Por que jamais votaria em Marina Silva** – nem que ela viesse a disputar o segundo turno com Dilma. Ou: Voo cego de um avião sem dono, disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/por-que-jamais-votaria-em-marina-silva-nem-que-ela-viesse-a-disputar-o-segundo-turno-com-dilma-ou-voo-cego-de-um-aviao-sem-dono/>>, acesso em: 25, ago., 2014.

CORONATO, Marcos. **O filósofo e a justiça**, disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/ideias/noticia/2012/05/o-filosofo-e-justica.html>>, acesso em: 05, nov., 2014.

D'AMORE, Giulia. **Aécio Neves, o mal menor!**, disponível em: <<http://afeexplicitada.wordpress.com/2014/09/10/aecio-neves-o-mal-menor/>>, acesso em: 05, nov., 2014.

EMEDIATO, Wander. **A fórmula do texto: redação e argumentação e leitura**. São Paulo: Geração editorial, 2010.

GALINGO, Rogério. **Presidente do PSDB paranaense vê marina como mal menor num 2º turno**, disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/presidente-do-psdb-paranaense-ve-marina-como-mal-menor-num-2-turno-com-dilma/>>, acesso em: 05, nov., 2014.

MANELI, Mieczyslaw. **A nova retórica de Perelman: filosofia e metodologia para o século XXI**. Barueri, SP: Manole, 2004.

MEYER, Michel. **A problematologia: filosofia, ciência e linguagem**. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

\_\_\_\_\_. **Questões de retórica; linguagem, razão e sedução**. Lisboa: edições 70, 2007.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. **Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos**. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

OLIVEIRA, Renato José. **A nova retórica, a problematologia e a educação**. In: LEMGRUBER, Márcio Siveira; OLIVEIRA, Renato José. *Teoria da argumentação e educação*. Juiz de fora: UFJF, 2011.

OLIVEIRA, Samir. **Michael Sandel: “Debate sobre Justiça, igualdade social e papel do mercado nas nossas vidas irá melhorar a democracia”**, disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/michael-sandel-debate-sobre-justica-igualdade-social-e-papel-do-mercado-nas-nossas-vidas-ira-melhorar-a-democracia/>>, acesso em: 01, nov., 2014.

PASCAL. **Pensées**. Ed. Brunschevicg. In: PERELMAN, Chaïm.; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERELMAN, Chaïm. **Ética e direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Retóricas**. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERELMAN, Chaïm.; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANDEL, Michael J. **Justiça: o que é fazer a coisa certa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

\_\_\_\_\_. **Contra a perfeição: ética na era da engenharia genética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

\_\_\_\_\_. **O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.